

35º Encontro Anual da Anpocs;

GT 11 - Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções.

Coordenadores: Profa. Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP); Profa. Maria Rosário Carvalho (UFBA)

O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana.

Stephen G. Baines, Professor Associado, DAN/UnB; Pesquisador 1A do
CNPq

Resumo: O trabalho aborda o movimento político indígena que se consolidou a partir da década de 1970 no estado de Roraima com o fortalecimento de identidades indígenas, focalizando sobretudo os Makuxi e os Wapichana, e a interface destas com as identidades nacionais de brasileiro e guianense na fronteira internacional, que se consolidaram a partir da definição desta fronteira em 1904. Examina-se como essas identidades se sobrepõem e se convivem como identidades contextualizadas entre povos indígenas que habitam esta região desde muito antes da imposição de fronteiras internacionais.

Palavras-chaves: movimento indígena; Makuxi; Wapichana; identidades nacionais e étnicas; fronteira

Apresentação

Neste trabalho, focalizamos o movimento político indígena em Roraima a partir de uma pesquisa iniciada em 2000 junto com os Makuxi e Wapichana ao longo da fronteira internacional entre Roraima, Brasil e Região 8 e Região 9 (a antiga região conhecida como Rupununi) da República da Guiana. Até o início da década de 1970, essas populações indígenas, após mais de duzentos anos de contato interétnico com segmentos das sociedades nacionais brasileira e guianense, e décadas de subordinação por fazendeiros e garimpeiros que invadiam suas terras, vieram a ser vistas pela população regional como populações rurais, índios camponeses, ou cabocos. A ocupação colonial portuguesa dessa região teve início na década de 1770, na forma de uma ocupação estratégico-militar. Os portugueses preocuparam-se em assegurar a posse dessa área limítrofe e evitar possíveis invasões por espanhóis e holandeses vindo do norte (FARAGE, 1991). O processo de aldeamento de indígenas pelos portugueses em “aldeamentos [...] compostos multiétnicamente” (FARAGE, 1991, p.125), na segunda metade do século XVIII, é descrito por Farage, que usa fontes históricas para revelar que houve uma série de revoltas nas últimas décadas, resposta à “superexploração do trabalho dos índios aldeados” (1991, p.131).

Farage também relata fugas maciças que se alastraram nos referidos aldeamentos “na razão direta da violência utilizada pelos portugueses para reprimi-los” (1991, p.131).

Para esta mesma autora, “O recrutamento de mão-de-obra, tal como previa o parágrafo 62 do Diretório, era feito através de ‘principais’ índios, que deveriam apresentar a seu tempo os trabalhadores requisitados pelos portugueses” (1991, p.131).

O parecer do governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo D’Almada, “junto a Lisboa era pela declaração de guerra aos insurrectos, que deveriam ser capturados e reduzidos à obediência” (1991, p.134). Diante do levante indígena de 1790, o mesmo governador, que antes havia defendido preceitos de coloração humanista no trato com os índios, foi “a primeira voz a lembrar a necessidade da ‘demonstração de castigo com os Delinquentes’” (1991, p.165).

Depois de viverem os conflitos entre os governos do Brasil e da Grã-Bretanha na então colônia da Guiana Inglesa sobre a definição da fronteira no final do século XIX e início do século XX (RIVIÈRE, 1995), as terras dos povos indígenas que habitavam esta região foram divididas pela linha fronteira traçada entre o Brasil e a Guiana em 1904. No lado brasileiro desta fronteira, o estabelecimento de duas agências indigenistas no início do século XX: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sediado na Fazenda São Marcos, e a missão evangelizadora beneditina no alto Rio Surumu, substituídas, respectivamente, pela FUNAI e pela Ordem da Consolata (SANTILLI, 2001, p.39-40), apesar de se valerem de procedimentos clientelistas semelhantes às mediações entre regionais e índios ao longo das décadas anteriores, visavam a outros fins. Santilli caracteriza este período como o da busca de transformar os índios em trabalhadores nacionais (SANTILLI, 2001). Usando o que ele chama um “padrão clientelista”, investiram “na construção de intermediários políticos, na figura de ‘tuxauas’ ou líderes de aldeia, que as agências indigenistas buscavam legitimar e consolidar” (2001, p.40).

Tanto os religiosos como a FUNAI procuravam minar os vínculos clientelistas que ligavam os índios aos regionais (SANTILLI, 2001, p.41). A partir de 1975 a Diocese de Roraima passou a patrocinar reuniões anuais chamadas “assembléias de tuxauas”, criou-se um “projeto de cantinas” e, na década de 1980, a Diocese de Roraima programou um “projeto do gado” com o objetivo de promover a ocupação do lavrado, transformando os índios em pecuaristas. Destas iniciativas surgiram, em 1984, os conselhos regionais e, posteriormente, uma coordenação em Boa Vista que veio a ser o Conselho Indígena de

Roraima (CIR). Santilli assinala que “descolando-se do plano aldeão, o Conselho Indígena erigiu-se verticalmente, privilegiando a hierarquia e a representação política em moldes partidários” (2001, p.44). Ressalta também que:

...o suporte material para a organização do Conselho Indígena – e isso foi se tornando mais patente a cada fracasso dos ‘projetos comunitários’ concebidos pelas agências indigenistas – depende visceralmente de recursos externos, sejam eles injetados por missionários católicos, sejam provenientes de órgãos oficiais como a Funai, sejam mesmo de cooperação internacional (SANTILLI, 2001, p.44).

Focalizamos o impacto das políticas indigenistas nessa região de fronteira e as estratégias indígenas para afirmar seus direitos perante os Estados nacionais, processo de protagonismo indígena em que estas populações vêm se afastando da identidade de “caboco” camponês e se afirmando como povos indígenas.

Orientações Teóricas

Partimos do estudo sobre nacionalidade e etnicidade em áreas de fronteira iniciado no Brasil por Roberto Cardoso de Oliveira (CARDOSO DE OLIVEIRA; BAINES, 2005). Ao se referir aos espaços fronteiriços, ressalta Cardoso de Oliveira que:

...quanto à nacionalidade, como uma segunda identidade, é claro que ela será instrumentalizada de conformidade com situações concretas em que os indivíduos ou os grupos estiverem inseridos, como a de procurarem assistência à saúde, à educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira: seriam casos típicos de manipulação de identidade junto a representantes dos respectivos Estados nacionais (2000, p.17).

Este autor afirma que, no caso de etnias localizadas em fronteiras entre Estados nacionais,

não se trata mais de considerá-las em si mesmas, i. é, como tais, mas de inseri-las num outro quadro de referência: o quadro (inter)nacional. A rigor, poder-se-ia dizer que tal quadro teria sua configuração marcada por um processo transnacional, apontando esse termo para o caráter dinâmico das relações sociais vividas pelo contingente populacional localizado na fronteira. (...) Portanto, no caso de uma situação de fronteira, aquilo que surge como um poderoso determinador social, político e cultural – provavelmente mais do que a etnicidade – passa a ser a nacionalidade dos agentes sociais; é quando nacionalidade e etnicidade se interseccionam (...). E é exatamente esse espaço ocupado pela nacionalidade que tende a se internacionalizar, graças ao processo de transnacionalização que nele tem lugar (2005, p.14-15).

O foco privilegiado de investigação será “não mais o sistema interétnico (como nas teorias (...) da fricção interétnica, que no Brasil surgiu nos anos 1960), mas o sistema inter e transnacional, visto em termos das nacionalidades em conjunção” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p.15). Examinaremos os Makuxi e os Wapichana na fronteira Brasil-Guiana à luz dessas observações de Cardoso de Oliveira.

Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana

No caso em discussão, tanto o Brasil quanto a Guiana, apesar de a segunda ser mais de 39 vezes menor que o Brasil em extensão territorial (BAINES, 2004b, p.78) compartilham o fato de que a população majoritária não-indígena concentra-se no litoral e a população indígena é uma pequena minoria das populações nacionais, concentrada em regiões distantes dos grandes centros urbanos e ao longo das fronteiras internacionais. Na Guiana, colônia holandesa que se tornou colônia inglesa até sua independência em 1966, a história de relações entre os povos indígenas e os poderes coloniais foi marcada por tratados de comércio com os povos indígenas. O governo da Guiana nunca extinguiu a posse indígena com base no reconhecimento de direitos consuetudinários, herança do sistema jurídico britânico de direito consuetudinário imposto no período colonial. No

Brasil, o sistema jurídico de direito civil segue a Constituição de 1988 que reconhece os direitos indígenas às suas terras como direitos originários.

As recentes transformações políticas no cenário internacional das relações entre os povos indígenas e Estado/sociedade civil vêm acontecendo com uma rapidez no Brasil, sobretudo a partir da Constituição de 1988, com um processo crescente de concessão de poder aos povos indígenas. Além das mudanças na Constituição brasileira de 1988, o reconhecimento de legislação internacional por parte do governo brasileiro, como a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, aprovado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 07 de junho de 1989, e ratificado em 2002 pelo governo brasileiro, depois de tramitar por 11 anos no Congresso Nacional. Ao entrar em vigor em 27 de julho de 2003, a Convenção 169 da OIT traz para o ordenamento jurídico brasileiro diversas inovações que contribuirão para a defesa dos povos indígenas e passa a ser um importante instrumento internacional na defesa dos direitos indígenas brasileiros. A adoção da palavra “povos”, fundamentada no princípio de que os índios são sociedades permanentes, tem como intuito propiciar o estabelecimento de uma nova relação entre os indígenas e o Estado, baseada no reconhecimento da diversidade cultural e étnica. Além disso, a utilização do termo implica outorgar-lhes proteção e incentivá-los a estabelecer suas próprias prioridades de desenvolvimento. A Guiana ainda não ratificou a Convenção 169 do OIT.

A partir da década de 1970, com o crescimento de movimentos indígenas, a etnicidade destes povos vem se expressando a partir da mobilização política em organizações indígenas, além da sua participação nos partidos políticos das sociedades nacionais. Enquanto no Brasil, a partir da década de 1970, os povos indígenas do nordeste de Roraima vêm se organizando politicamente em organizações como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Associação de Professores Indígenas de Roraima (APIRR), a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), a Sociedade de Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR), e outras (REPETTO, 2008), no lado guianense da fronteira, apesar da crescente influência de organizações políticas indígenas, sobretudo a Amerindian Peoples Association (APA), os povos indígenas têm uma longa história de participação nos partidos políticos daquele país.

Na Guiana, a organização não governamental indígena, Amerindian Peoples Association (APA) (<http://www.sdn.org.gy/apa/>), criada em 1991, e reconhecida desde 1992, vem ganhando força política em relação a direitos territoriais nesta região de fronteira, entre as quatro principais organizações indígenas a nível nacional. A APA vem realizando um levantamento das terras indígenas em toda a região do Rupununi, visando apresentar as reivindicações indígenas ao governo para propor a sua demarcação em áreas contínuas, emendando as terras indígenas atualmente reconhecidas pelo governo guianense que estão, na sua maioria, divididas em áreas fragmentadas. A reivindicação para demarcar as terras indígenas em áreas contínuas é defendida pela maioria dos indígenas que mora em aldeias e depende da terra para sua subsistência, enquanto a maioria das populações urbanas, indígenas e não-indígenas, apóia a demarcação em áreas fragmentadas.

No final de 1999 a Assembléia Nacional da Guiana aprovou várias emendas na Constituição da Guiana, inclusive os direitos de povos indígenas à proteção, conservação, e promulgação das suas línguas, seu patrimônio cultural e modos de vida, emendas baseadas em recomendações da Constitution Reform Commission (CRC). Ao longo do ano de 1999, a Amerindian Peoples Association (APA) realizou oficinas sobre reforma constitucional por toda a Guiana com intuito de preparar as recomendações para a CRC. As recomendações apresentadas à CRC pela APA incluíram um capítulo sobre direitos indígenas, que a Comissão não incluiu em suas recomendações encaminhadas à Assembléia Nacional. Apesar da exclusão deste capítulo, a APA considerou a inclusão de direitos básicos para a proteção e conservação da cultura indígena um avanço importante. A Ata Indígena da Guiana foi promulgada em 1951 e revisada em 1976 e novamente em 2004, sendo a legislação principal do governo guianense que trata de direitos indígenas. Em 2005, uma coalizão de ONGs indígenas: Amerindian Peoples Association (APA), The Amerindian Action Movement of Guyana (TAAMOG) e a Guyana Organisation of Indigenous Peoples (GOIP), rejeitou a última emenda à Ata Indígena como inaceitável ao representar um retrocesso quanto aos direitos dos povos indígenas na Guiana.

Para entender o contexto desta fronteira internacional é necessário resgatar a história da atuação dos dois países em relação a ela, tarefa já realizada por Paulo Santilli (1994; 2001) e por Nádia Farage (1991; 1997). Santilli afirma que em 1927 a migração de índios do Brasil para a Guiana Inglesa, provocada por violências cometidas por fazendeiros

brasileiros, ainda era uma preocupação para os estrategistas militares. Acrescenta Santilli (1994,68-69) “migração talvez não seja o termo mais exato para definir o processo” por se caracterizar por deslocamentos dentro de um mesmo território tradicional, em que a fronteira internacional havia sido imposta.

Depoimentos recentes de moradores Makuxi e Wapichana no lado guianense da fronteira ressaltam este fluxo populacional do Brasil para a Guiana antes da independência desta em 1966, muitos com nomes portugueses e antepassados nascidos no Brasil. Atribuem a mudança para a Guiana à invasão do território indígena do lado brasileiro por pecuaristas e invasões esporádicas por garimpeiros a partir das décadas de 1920-1930. Além disso, afirmam que antes da independência da Guiana e a revolta do Rupununi em 1969, em que fazendeiros e seus trabalhadores indígenas na região fronteira do Rupununi declararam independência da Guiana, os serviços de educação e de saúde oferecidos pelo governo colonial eram melhores na Guiana do que no Brasil, situação que se inverteu nos anos posteriores à revolta.

A independência da Guiana foi seguida de muitos conflitos políticos naquele país, especialmente entre os grupos étnicos majoritários de afro-guianenses e indo-guianenses no densamente povoado litoral. Na revolta do Rupununi, os Wapichana, apoiaram os fazendeiros brancos e mestiços da região fronteira (FARAGE, 1997). Forbes Burnham, primeiro ministro da Guiana (1964-80) e presidente (1980-85), representava a população afro-guianense. Após ter sido eleito, Forbes Burnham declarou a Guiana “República Cooperativista” em 1970, e se aliou ao bloco soviético. Cabe mencionar que após a divisão do People’s Progressive Party em 1955, a política partidária na Guiana se configurou mais em termos étnicos do que ideológicos. Os conflitos étnicos no densamente povoado litoral do país expressam-se na configuração dos partidos políticos. Os dois maiores partidos são o People’s Progressive Party (PPP) (fundado em 1950, com 54,6% dos votos nas eleições de 2006), visto como representante, sobretudo dos indo-guianenses, e o People’s National Congress (PNC) (fundado em 1955, com 34% dos votos nas eleições de 2006), dos afro-guianenses. Entre 1964 e 1992, o People’s National Congress dominou o cenário político do país.

Os fazendeiros brancos e mestiços do Rupununi apoiavam The United Force (TUF), partido da direita fundado em 1960, e não se conformavam com o regime de Burnham. “Rebelaram-se os fazendeiros, incluindo a família Melville, cuja aliança histórica com os Wapichana pesou decididamente para obter seu apoio à revolta: na maioria das aldeias Wapishana, os homens aderiram à revolta” (FARAGE, 1997,55). A “Revolta do Rupununi” foi sufocada pelo exército guianense e muitos dos fazendeiros e seus trabalhadores wapichana exilaram-se na Venezuela e no Brasil.

Nacionalidade e Etnicidade

Existe quase uma unanimidade entre os moradores da região do Rupununi (atualmente “Region 9, Upper Takutu-Upper Essequibo”) quanto à sua decepção com a situação política na Guiana pós-independente e com o socialismo por não superar os conflitos étnicos do país. Nas palavras de Clarindo Lucas, então vice-prefeito de Lethem, cidade fronteira da Guiana na beira do rio Tacutu em frente à cidade de Bonfim, Roraima, que se identifica como Wapichana de Aishalton: “Tanto o PPP quanto o PNC acreditam em ideologias socialistas. Todos pregam o marxismo e o leninismo, sobretudo o PNC. Então porque brigam? Não vejo nenhum sentido nisso”. Sugeriu que as brigas correspondessem a divisões étnicas e Clarindo Lucas acrescentou que “É isso mesmo. E isso vai existir para sempre”.

Um ex-prefeito de Lethem, Muacir Baretto, morador de St. Ignatius que se identifica como indígena, filho de pai Makuxi, casado com mulher wapichana, descendente de brasileiros, mas de nacionalidade guianense, apresentou o Estado guianense como fraco e inviabilizado por conflitos entre os dois grupos étnicos majoritários de afro-guianenses e indo-guianenses. Identificou-se também como ex-socialista, na sua juventude, que havia passado um ano como estudante em Moscou no período soviético, e se decepcionado com o socialismo ao ver tentativas de implantá-lo na Guiana levar este país ao colapso econômico.

Muacir Baretto, numa entrevista em janeiro de 2004, afirmou que ele conhecia pessoalmente o presidente Forbes Burnham e trabalhou como “Coop officer” no seu governo. Contudo ele admitiu que houvesse cultivado uma resistência, mesmo antes de ir para a ex-União Soviética em 1977-78 por dez meses. Orientado por uma cosmologia

católica que entrava em choque com a ideologia marxista propagada pelo governo de Forbes Burnham. Muacir Baretto contou que se associou ao único partido capitalista da Guiana, The United Force (0,7% dos votos nas eleições de 2001), o mesmo partido a que os fazendeiros desta região e grande parte dos seus trabalhadores wapichana aderiam na época da revolta do Rupununi em 1969. Muacir acrescentou sua decepção com o governo de Forbes Burnham, pelo fato do PNC conceder títulos através do Parlamento para apenas 25% das 24 a 25 mil milhas quadradas de terras indígenas que o último Comissário de Terras havia recomendado após independência. O PNC aprovou apenas 6 mil milhas quadradas na metade da década de 1970.

Ao mesmo tempo, a decepção com o governo da Guiana, dividido por conflitos étnicos, é acompanhada na perspectiva de muitos habitantes desta região de fronteira com a esperança no Brasil. Muitos dos entrevistados indígenas em Lethem e na aldeia vizinha de Santo Ignácio manifestaram a opinião de que os povos indígenas não têm nenhum futuro com o governo de Georgetown e olham para o Brasil como um grande sucesso econômico e como um caminho para escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam o densamente povoado litoral atlântico do país. Na sua etnografia sobre esta fronteira, Mariana Pereira observa também que “a identidade de brasileiro, no interior da sociedade guianense, em Lethem, desfruta de alto grau de prestígio, pois essa identidade está associada à imagem positiva e até utópica sobre o Brasil” (PEREIRA, 2005, p.157).

Na Guiana, a coalizão Guyana Action Party (fundado em 1996) e o Working People’s Alliance (fundado em 1979) GAP-WPA (2,4% dos votos nas eleições de 2001) e coalizão Guyana Action Party e o Rise Organise and Rebuild Guyana (1,2% dos votos nas eleições de 2006), definiu-se como “uma organização autônoma de povos indígenas”. O fundador do GAP, o empresário Paul Hardy, é visto como mestiço, e então parlamentar, Shirley Melville, se apresenta como índia aruaque do litoral da Guiana. Apesar de estes políticos apelarem a identidades indígenas, são vistos pela população local, em primeiro lugar, como empresários bem-sucedidos, e alguns informantes indígenas e não-indígenas os identificaram como exploradores da mão-de-obra dos índios. Neste contexto, as desigualdades regionais entre “índios” comerciantes citadinos e “índios” pobres nas aldeias sobrepõem qualquer identidade pan-indígena.

Os posicionamentos dos habitantes desta região fronteira têm que ser considerados à luz das imensas desigualdades internacionais. A admiração pelo Brasil como um país que “deu certo”, quando comparado com a situação econômica crítica da Guiana, não significa que estas pessoas defendam as imensas desigualdades, sobretudo no que diz a acesso à justiça e uma ordem capitalista que se sustenta em relações de poder sistematicamente assimétricas. Ao não aceitar o socialismo da forma que as tentativas de efetivá-lo se processaram na Guiana, a maioria das pessoas entrevistadas no lado guianense desta fronteira revelava uma preocupação quanto às injustiças sociais no Brasil. Muacir Baretto acrescentou que “Nós nos assustamos pela escalada de violência que está tendo no Brasil”.

A situação nesta fronteira internacional revela como as ideologias dos Estados permeiam o pensamento das populações indígenas, compreendidas dentro dos contextos locais. Essas populações, também, estão estreitamente envolvidas em processos internacionais. Nos anos 2000, o filho de um ex-tuxaua de St. Ignatius fez curso na China sobre usinas mini-hidrelétricas para trabalhar numa mini UHE implantado pelo governo chinês em Moko Moko a poucos quilômetros de St. Ignatius. Outro jovem de St. Ignatius cursou medicina na Universidade de Cienfuegos, Cuba, entre 2003 e 2009, com bolsa de estudos do governo cubano. Muitas das lideranças do Conselho Indígena de Roraima viajam frequentemente pelo mundo participando de reuniões indígenas internacionais.

Uma distinção que os povos indígenas ressaltam com frequência, tanto no lado brasileiro como no lado guianense desta fronteira, é entre a população indígena urbana e a população indígena que mora nas aldeias. Muacir Baretto afirmou que:

Os índios que moram nas cidades como Lethem e Bonfim têm uma perspectiva bem diferente daquela dos índios que habitam as aldeias. Muitos habitantes de Bonfim têm criticado a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua. Os índios que moram nas cidades, eles começam a pensar como os cidadãos, e os cidadãos não são índios. Então, quando eles têm de tomar partido, eles se identificam com as pessoas que estão contra a demarcação em área contínua. Pensam

como os habitantes da cidade. (comunicação pessoal em janeiro de 2005).

Tanto na Guiana como no Brasil há divergências a respeito de quem é índio. Uma ex-prefeita de Uiramutã passou a se identificar como índia Makuxi, que na época estava ligada ao PT, não era considerada índia pelo CIR, por que ela não foi reconhecida como índia pela maioria das lideranças da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ao tentar reeleição, a ex-prefeita continuava lutando contra a homologação contínua desta terra indígena, e acusava o CIR de não a considerar índia por “preconceito”, afirmando que “A partir do momento que me posicionei contra a homologação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, deixei de ser índia para as lideranças dos grupos contrários ao meu posicionamento” (FOLHA DE S. PAULO, 23 de maio de 2004).

O rápido crescimento econômico de Roraima iniciou-se após a criação do Território Federal de Roraima em 1944 e sua transformação em estado em janeiro de 1991 trouxe um aumento populacional extremamente rápido com a vinda de migrantes de outras regiões do Brasil, especialmente para a capital Boa Vista. Como nunca antes na sua história, os territórios indígenas tornaram-se alvo de ocupação por pecuaristas, agroindustriais e garimpeiros a partir de 1990, sobretudo com as operações de retirada de invasores da área indígena Yanomami (SANTILLI, 2001).

Nessa fronteira internacional a reafirmação étnica como índios, Makuxi, Wapichana, e outras etnias, acontece num contexto permeado por interesses políticos partidários em conflito aberto. Surgem diversas formas altamente politizadas de se identificar como índio, mestiço, Makuxi, Wapichana, brasileiro, guianense, ou Amerindian, além de identidades altamente pejorativas como caboclo no Brasil e buckman (homem animalesco) na Guiana. Essas identidades muitas vezes se sobrepõem, aparecendo, à primeira vista, contraditórias. Os conceitos de território são moldados dentro de contextos altamente politizados que refletem as divisões políticas nesta região. As flutuações econômicas internas nos dois países levaram a fluxos migratórios, e com a crescente redução de recursos para políticas públicas por parte dos governos, as ONGs indígenas, indigenistas e ambientais, nacionais e transnacionais, passaram a desenvolver um papel predominante, com frequente sobreposição de interesses. Muitos dos

moradores nesta fronteira são portadores de documentos de identidade da República Cooperativista da Guiana com nome em inglês e documentos do Brasil com outro nome em português, caracterizando um processo de transnacionalização apontado por Cardoso de Oliveira.

Em anos recentes, a crescente influência da Amerindian Peoples Association (APA) na região 9 da Guiana está levando parte da população indígena a contestar as reduzidas demarcações de terras indígenas realizadas pelo governo guianense. A APA organizou equipes que estão efetivando um levantamento de Terras Indígenas reivindicadas pelos moradores de aldeias para submeter propostas de redefinição dessas terras na base de direitos consuetudinários que nunca foram extintos durante os períodos colonial e pós-independência, incluindo algumas propostas de regularização de áreas contínuas maiores que reúnem diversas áreas demarcadas anteriormente em ilhas e atualmente cercadas por fazendas. A APA vem dialogando tanto com o Estado guianense quanto com outras ONGs ambientalistas internacionais, como Conservation International, que atuam nesta região.

No lado brasileiro da fronteira, após uma luta política que durou trinta anos, a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, de acordo com a Constituição brasileira, em área contínua de 1.747.460 hectares, com uma população indígena estimada em 17.559 indivíduos (FUNAI/Boa Vista), em 15 de abril de 2005, contrasta com as demarcações de Terras Indígenas em pequenas áreas cercadas por fazendas na região da Serra da Lua, ao sul, onde a maioria das terras indígenas é de extensão reduzida para sustentar suas populações que estão em pleno crescimento. A demarcação fragmentada na Serra da Lua, região ocupada por fazendeiros antes da consolidação do movimento indígena em Roraima e consequente reivindicação dos seus direitos originários às suas terras, resultou em uma situação atual de frequentes conflitos entre fazendeiros e povos indígenas.

Os indígenas que habitam a Terra Indígena Raposa Serra do Sol exigem a garantia e proteção integral de suas terras e dos recursos naturais, onde arroteiros invasores continuaram até o início de 2009, a explorar indevidamente as terras e os rios. Pressões por parte de políticos e empresários de Roraima tentaram reverter a demarcação e

homologação desta Terra Indígena, para que fosse “julgada” novamente a sua legitimidade. Após três sessões, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a decisão favorável à demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que beneficia os índios e determina a saída dos fazendeiros da região. Em 19 de março de 2009, a decisão, por dez votos a um dos ministros do STF, derruba uma ação impetrada em 2005 por um senador de Roraima contra a criação da Terra Indígena de 1,7 milhão de hectares determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mesmo ano. A demarcação foi aprovada com dezenove restrições, dezoito propostas por um dos ministros do STF em dezembro de 2008, e uma apresentada pelo presidente do STF em março de 2009.

Apesar de existirem redes de parentesco que se ramificam entre as aldeias nos dois lados dessa fronteira e por dentro desses dois Estados nacionais por toda a região do lavrado, e fluxos de migrantes que em anos recentes vêm da Guiana para o Brasil, o diálogo que existe entre as principais organizações políticas indígenas nessas regiões de fronteira, o CIR e a APA, é ainda incipiente. Entretanto, em cada um dos Estados nacionais os movimentos políticos indígenas através dessas organizações indígenas, seguindo os sistemas jurídicos dos seus respectivos Estados nacionais e os direitos internacionais dos povos indígenas, estão reivindicando a regularização de terras indígenas que permitam a sobrevivência cultural dos povos autóctones que habitam esta região desde muito antes da imposição de uma fronteira internacional.

No estado de Roraima, Brasil, o movimento indígena vem reivindicando uma educação indígena diferenciada, que respeita a cultura e os saberes tradicionais de cada povo, direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Na Guiana, a tendência tem sido de reivindicar a implantação nas comunidades indígenas de escolas e colégios do sistema nacional de ensino, e recentemente a Amerindian Peoples Association (APA) vem reivindicando o direito para uma educação indígena diferenciada. Num quadro histórico de exclusão social, nos últimos anos os Estados nacionais e algumas Organizações Não-Governamentais estão formulando e implantando políticas de inclusão social, com a participação de antropólogos. O Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Intercultural do Núcleo (desde 2009, Instituto) Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (CARVALHO; FERNANDES;

REPETTO, 2008), no Brasil, é uma iniciativa pioneira na educação superior federal brasileira vem sendo revisado desde sua implementação em meados de 2003, quando iniciaram as atividades da Licenciatura Intercultural. Foi criado o Curso de Licenciatura Intercultural, cujo processo de seleção específico ocorreu em janeiro de 2003, com início de aulas em julho do mesmo ano, com uma turma de 60 alunos. O objetivo principal é a formação de professores indígenas que possam contribuir em benefícios de suas comunidades. O curso foi criado a partir de uma reivindicação e de um diálogo entre setores da UFRR, instituições públicas e as organizações indígenas do estado de Roraima. A discussão se estendeu às comunidades indígenas que participaram da definição da proposta. O Curso de Licenciatura Intercultural tem duração de 5 anos: dois anos de formação comum e três anos de concentração. O objetivo é que os professores indígenas construam sua própria educação escolar.

O Instituto transformou-se em um centro de referência na formação indígena em nível superior, visando a atender as reivindicações das comunidades e das organizações indígenas e as exigências legais do Ministério de Educação. O curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran visa à construção de uma universidade mais justa que permite a inclusão social dos povos indígenas respeitando suas diferenças culturais¹. O Instituto Insikiran faz parte de um esforço por parte dos povos indígenas, ao longo da última década, no sentido de profissionalizar os quadros das suas organizações e lideranças (LUCIANO, 2006). Mesmo que haja um mesmo esforço na Guiana, conforme informações divulgadas pela APA na Guiana, apenas 0,1% da população das áreas rurais tem acesso à educação superior. A APA coordena programas de capacitação para as comunidades indígenas, inclusive programas sobre direitos indígenas.

Enquanto os governos dos respectivos países vêm implantando políticas de educação e saúde, continua a pressão por parte de empresários e políticos de Roraima em implantar

¹ Outra licenciatura indígena foi estabelecida na UNEMAT em seu campus de Barra dos Bugres no estado de Mato Grosso e várias universidades estão abrindo cotas de vagas para alunos indígenas e negros, com o objetivo de tomar iniciativas em tentar reverter uma longa história de exclusão dessas populações. Atualmente o Brasil tem 1.044 professores indígenas fazendo licenciatura específica em nove Universidades Federais e Estaduais em todo o país . E há atualmente mais de 6.000 indígenas que estão cursando o ensino superior no Brasil (comunicação pessoal de Gersem Luciano Baniwa, Coordenador do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas - CINEP, em 20 de abril de 2009).

projetos desenvolvimentistas regionais de mineração e agropecuária nas Terras Indígenas. Apesar da ratificação da demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em 2009 pelo STF, os interesses desenvolvimentistas continuam a procurar novas estratégias para tentar se apoderar dos recursos naturais nessas Terras.

Conclusão

No início deste trabalho citamos um trecho de texto de Cardoso de Oliveira, onde, ao abordar a questão de povos indígenas que vivem em fronteiras internacionais, esse autor refere-se à “manipulação de identidade junto a representantes dos respectivos Estados nacionais” (2000, p.17) em situações como a procura de assistência à saúde, à educação dos filhos, etc. Como afirmamos ao longo deste trabalho, a contextualização de identidades pelos indígenas que vivem na fronteira, apesar de aparecer contraditória e ambígua da perspectiva hegemônica do Estado nacional que pensa a nacionalidade como uma identidade exclusiva, não é pensada desta maneira da perspectiva dos indígenas que não veem nenhuma contradição em se identificar como brasileiros e guianenses. Muitos são portadores de documentos de ambos os países. Quase todos têm parentes que vivem nos dois lados da fronteira. Não veem nenhuma ambiguidade em se identificar conforme os contextos em que estão inseridos e que lhes parecem naturais. Tampouco veem nenhuma contradição em se identificar como Makuxi e Wapichana, e mesmo por outras identidades étnicas, ao terem familiares de mais de uma etnia em aldeias que atualmente são multiétnicas, além de ser transnacionais. Então, a afirmação de uma identidade nacional não seria uma manipulação de identidade do ponto de vista desses indígenas.

Propomos o uso da noção de “identidades contextualizadas”, conforme as perspectivas em que ora uma nacionalidade, ora outra, são acionadas, e frequentemente ambas as nacionalidades e duas ou mais identidades étnicas simultaneamente. Apesar dos indígenas que vivem nesta fronteira pertencerem a redes de parentesco que se estendem dos dois lados da fronteira para o interior desses países e muito além, e apesar de haver um fluxo de pessoas que transita constantemente pela fronteira, a presença dos Estados nacionais com políticas indigenistas e culturas muito diferentes criou uma situação em que os indígenas veem essas políticas como parte de dois mundos distintos, havendo poucas interações entre suas respectivas organizações indígenas. Das perspectivas

indígenas que vivem na fronteira, o que se revelam são as contradições e as ambiguidades dos discursos governamentais dos respectivos Estados nacionais a respeito de nacionalidade e etnicidade.

Referências Bibliográficas

BAINES, S. G., Indianidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana. *Série Antropologia*, No 360, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2004a.

BAINES, S. G., A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas*. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC, v.1, n.1, 2004b, p.65-98.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R., Os (dês)caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, no. 42, 2000, p.7-21.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Introdução, In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; BAINES, S. G. (Org.) Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p.9-20.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; BAINES, S. G. (Orgs.) Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

CARVALHO, F. A.; FERNANDES, M. L.; REPETTO, M. (Orgs.). *Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural /Núcleo Insikiran/UFRR*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. 13.09.2006 “Raposa Serra do Sol – CIR lança campanha Pós-Homologação” <http://www.cir.org.br/noticias> acessado em 01 de novembro de 2006.

FARAGE, N., *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARAGE, N., *As Flores da Fala: práticas retóricas entre os Wapishana*. Tese de doutorado, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

GUYANA, *National Development Strategy*, 1996, Chapter 22: Amerindian Policies, <http://www.guyana.org/NDS/chap22.htm>, acessado em outubro de 2003.

LUCIANO, G. J. dos S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1), 2006.

OLIVEIRA, J.P. de, Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: Oliveira, J. P. de (Org.) *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998, p.43-68.

PEREIRA, M. C., *A Ponte Imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC – Universidade de Brasília, 2005.

REPETTO, M., *Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2008.

RICARDO, C. A., (Org.), *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

RIVIÈRE, P., *Absent-minded imperialism: Britain and the expansion of empire in nineteenth-century Brazil*. London; New York: Tauris Academic Studies, 1995.

SANTILLI, P., *Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: NHII-USP; FAPESP, 1994.

SANTILLI, P., *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.